

ATA Nº 04/26 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA – PAULIPREV

Em 04 de maio de 2026, às 09h00, na sede do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos de Paulínia – PAULIPREV, situado na avenida dos Pioneiros nº 86, Santa Terezinha, Paulínia/SP, reuniram-se o Diretor Administrativo-Financeiro e membro do Comitê de Investimentos Douglas Henrique Municelli, e os demais membros do Comitê de Investimentos, Adelson Chaves dos Santos, Ronaldo Naomassa Nakada e Marcos Antonio Sambo.

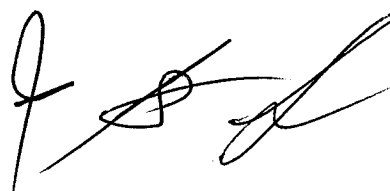
INTRODUÇÃO

Iniciou-se a reunião com apresentação das variações do Cenário Econômico do mês de abril de 2026, assim como os relatórios de Investimentos do mês março de 2026, ocasião em que foi apresentada a rentabilidade da Carteira do Pauliprev.

01 – DO CENÁRIO ECONÔMICO

O termo “incerteza” tem sido usado quase constantemente desde o início do conflito do Irã, mais de dois meses atrás. Talvez seja adequado um contexto inicial para explorarmos porque mesmo dezenas de especialistas, como por exemplo aqueles reunidos em Washington por conta das reuniões do FMI, têm dificuldade de realizar previsões confiáveis. Do lado dos EUA, a falta de clareza sobre os objetivos estratégicos, decisões bastante centralizadas em poucos integrantes do governo e a situação política interna (especialmente as eleições para o Congresso no segundo semestre) complicam a avaliação de qual será o caminho a ser seguido nas negociações. Em relação ao Irã, o fato de o país ser fechado há muitos anos, a baixa visibilidade sobre a situação interna atual pela dificuldade de acesso a informações e incompreensão sobre a nova reconfiguração de forças políticas internas torna quase impraticável para os especialistas visualizarem os incentivos e estratégias adiante.

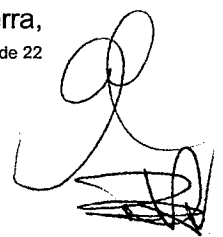
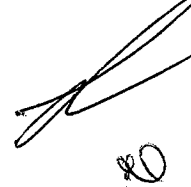
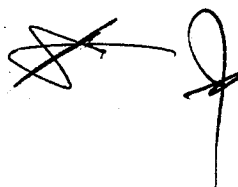
No momento, o acordo de cessar fogo segue válido e a expectativa é que deverá perdurar. A reabertura do fluxo de petróleo, contudo, depende de dois temas que têm provocado



grande impasse: (1) o tema de armamentos nucleares; (2) o controle do Estreito de Ormuz. Se é que possível apontar para um cenário consensual, podemos dizer que a visão do momento é que haja algum tipo de acordo até o final de maio. Se isso for confirmado, o prazo para um retorno dos fluxos e da produção da região do Golfo é entre 2 e 3 meses. Crescentemente, contudo, se pondera um cenário no qual não haja normalização completa dos fluxos mesmo em um horizonte de 6 ou 9 meses. Eventualmente, podemos observar algo semelhante ao que ocorreu no Canal de Suez: o conflito no Mar Vermelho do final de 2023 levou a uma queda permanente do trânsito pelo canal. Claro, naquele caso há rotas alternativas mais evidentes. De todo modo, é possível vislumbrar um cenário no qual os fluxos em Ormuz retornem para apenas 50% ou 75% do observado antes do conflito.

Do lado da reação da política fiscal ao choque do petróleo, o mantra repetido entre ministros das finanças ao longo das reuniões do FMI recomendava medidas “focalizadas, temporárias e sob medida”. Focalizadas no sentido de buscarem amortecer os impactos de preços e disponibilidade de combustíveis apenas para a parcela mais vulnerável da economia (entre as famílias ou empresas). A recomendação que sejam medidas temporárias decorre do receio de repetição de padrões normalmente observados, quando subsídios públicos são criados e depois há muita dificuldade de removê-los. Ou seja, as medidas deveriam prever, logo de início, um prazo para terminarem. Por último, a recomendação para os países criarem medidas “sob medida” tem como objetivo adaptar as reações para a realidade de cada país. A exposição de cada país ao choque depende de sua matriz de energia, sua dependência externa, as condições iniciais da economia, a disponibilidade de estoque e outros fatores. Fato é que praticamente todos os países têm adotado um conjunto de medidas. As mais frequentes são reduções de impostos sobre combustíveis (de forma a amortecer o impacto de preços) e criar planos para reforçar a segurança no abastecimento (liberação de estoques ou ações para economia de combustíveis).

Em relação à política monetária, os bancos centrais estão alertas, mas não parecem efetivamente dispostos a atuar com aperto das taxas de juros. A preocupação é com o efeito secundário do choque de petróleo para outros produtos e com o risco de desancoragem das expectativas de inflação. Os bancos centrais não desejam repetir o erro da pandemia e considerar que o choque será temporário e sem implicações duradouras. De outro lado, avaliam que o contexto é diferente: em geral, as taxas de juros estão mais alinhadas com o nível neutro, as economias estão relativamente pouco aquecidas ou desaquecidas e não há uma grande onda de estímulos fiscais. A conclusão é que os bancos centrais, em geral, ficarão parados. Aqueles que pretendiam iniciar um ciclo de cortes, como no caso do Banco Central da Inglaterra,



cancelaram suas pretensões. Poucos mantiveram os planos pré-conflito, como no caso do México (cortou o juro de 7,00% para 6,75% como pretendido originalmente e indicou nova redução para 6,50%). Em alguns casos, o risco de um ciclo de elevação é mais concreto ou foi reforçado, como no caso da Colômbia (que já havia iniciado um ciclo de alta por conta de um grande impulso fiscal).

No Brasil, a extensão da duração do choque de oferta de petróleo e a incerteza sobre sua evolução resultaram em uma mudança relevante no plano de enfrentamento da crise. A postura inicialmente adotada foi utilizar a política fiscal para amortecer o aumento de preços internacionais nos combustíveis, tendo um horizonte curto (2 meses). Mais recentemente, houve nova proposta para prever medidas até o final do ano e que terão como fonte de recursos o aumento da arrecadação do Governo Federal com royalties e outras receitas ligadas à indústria de petróleo. Isso foi feito por meio de um projeto de lei complementar que ainda precisará ser aprovado pelo Congresso. Até o momento, as medidas fiscais tiveram como foco o diesel e, em menor medida, o GLP. Contudo, é bastante provável que haja redução do imposto sobre a gasolina, de forma a compensar o aumento esperado de preços do combustível na refinaria nas próximas semanas. Ao todo, estimamos que a redução de impostos e o subsídio no conjunto dos combustíveis poderá requerer cerca de R\$ 12 bilhões mensais a partir de maio. Em alguma medida, ao longo do 2º semestre será necessário reverter as medidas fiscais, removendo os subsídios e retornando os impostos para o patamar pré-choque do petróleo.

A história mostra que retornar os impostos após sua redução é sempre um processo difícil. Do ponto de vista do resultado primário, o impacto tenderá a ser moderadamente negativo, uma vez que o Governo Federal se beneficiará do aumento da arrecadação com royalties e outras receitas do setor de petróleo. À medida que o petróleo recue, essa arrecadação também cairá e será necessário ajustar ao mesmo tempo os subsídios e impostos sobre combustíveis. A médio prazo, o impacto sobre o resultado primário dependerá da combinação do novo preço de equilíbrio do petróleo e de qual será a configuração de impostos sobre combustíveis em 2027.

Apesar das medidas para amortecer os impactos da elevação dos preços do petróleo e derivados, há impactos relevantes sobre a inflação. No varejo (preços “na bomba”), houve aumento de cerca de 20% e 7% do diesel e da gasolina. Na comparação internacional, foram incrementos contidos (nos EUA, por exemplo, a gasolina subiu aproximadamente 40%). De fato, o que mais tem chamado atenção nos indicadores de inflação no varejo (IPCA) e atacado (IGP-M) é a disseminação dos aumentos de preços fora dos combustíveis. Produtos químicos, fertilizantes, materiais de construção, tecidos e outros produtos apresentaram elevação relevante



no atacado. O mesmo pode ser observado no IPCA, como também demonstra a elevação dos núcleos de inflação, que agora se encontram ao redor de 5% em termos anualizados nos últimos 3 meses.

Ainda sobre a inflação, alimentos têm exibido pressões relevantes. Em alguma medida, isso reflete o aumento do custo de transporte (diesel). É improvável que já seja possível atribuir esses aumentos ao impacto dos fertilizantes. Isso nos remete a uma segunda discussão. Além do choque do petróleo, estamos passando por um período de aumento da inflação de alimentos. Em parte, é uma normalização após o período de ligeira deflação atípica observado até recentemente (o grupo de alimentação apresentou deflação de 0,1% em 12 meses até fevereiro). Nos últimos dois meses, em março e abril, houve uma reversão importante, com incrementos difusos nos alimentos. Como dissemos, uma parte se deve ao choque do petróleo, mas isso não parece explicar toda a reversão. Nos mercados internacionais, também tem havido aumento de preços mais relacionados aos riscos climáticos, além das pressões decorrentes dos preços de fertilizantes e transporte.

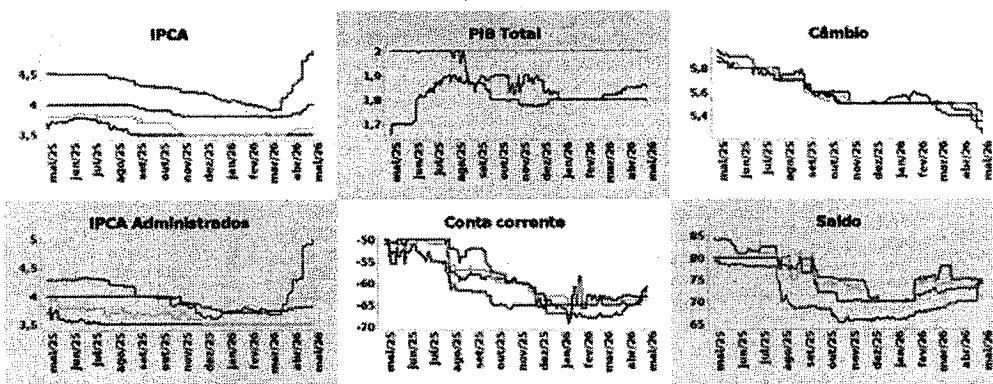
O resultado do choque do petróleo, somado a pressões específicas nos alimentos, foi uma surpresa de cerca de 0,9 pp no IPCA e 2,6 pp no IGP-M no período fevereiro-abril em relação ao esperado no início do ano. Refletindo essas pressões, as expectativas de inflação também subiram e se encontram próximas de 5% para 2026 e 4% para 2027.

Para a política monetária, tem sido um desafio conduzir um ciclo de redução de juros exatamente no momento no qual há um grande choque sobre a inflação (talvez seja mesmo adequado dizer que temos dois choques, um de grande proporção no petróleo e outro mais modesto na alimentação). Normalmente, bancos centrais não reduzem a taxa de juros em momentos nos quais há aumento significativo da inflação corrente e das expectativas, partindo de níveis já acima da meta. A estratégia do Banco Central tem reagido a esse desafio: o ciclo tem progredido com passos de 25 pb, ao invés do passo originalmente planejado de 50 pb. Em sua última reunião, na qual a Selic foi reduzida para 14,50%, o Copom também sinalizou que o tamanho total do ciclo será menor do que o planejado e o esperado atualmente pelo mercado. A Selic precisará, com base nas hipóteses atuais, ficar acima de 13% ao final do ano. Claro, muita coisa pode mudar nos próximos meses em relação à situação global do petróleo. No momento, entretanto, o Banco Central precisa trabalhar com um cenário imperfeito e sua sinalização é de que a "calibração" será ainda mais cautelosa.

Fonte: Bradesco Asset

Boletim FOCUS – Banco Central do Brasil 24/04/2026.

Agregado	2026						2027						2028					
	H4 4 semanas	H4 1 semanas	Hoje	Comp. semanal*	Resp. **	5 dias State	H4 4 semanas	H4 1 semanas	Hoje	Comp. semanal*	Resp. **	5 dias State	H4 4 semanas	H4 1 semanas	Hoje	Comp. semanal*	Resp. **	5 dias State
IPCA (variação %)	4,31	4,80	4,86	▲ (1)	160	4,89	3,94	3,99	4,00	▲ (5)	153	4,00	3,57	3,60	3,61	▲ (1)	125	125
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	1,85	1,89	1,85	▼ (1)	120	1,82	1,80	1,80	▲ (1)	114	1,73	1,78	1,80	1,80	1,80	▲ (1)	111	111
Câmbio (R\$/US\$)	5,40	5,30	5,25	▼ (3)	128	5,24	5,45	5,35	5,35	▲ (1)	119	5,30	5,50	5,40	5,40	▲ (1)	118	118
Selic (% a.a.)	12,50	13,00	13,00	▲ (1)	155	13,00	10,50	11,00	11,00	▲ (1)	150	11,00	10,00	10,00	10,00	▲ (1)	140	140
ICP-M (variação %)	3,46	4,66	4,80	▲ (8)	70	4,98	4,00	4,00	4,00	▲ (10)	65	4,00	3,68	3,62	3,62	▲ (2)	58	58
IPCA Administrados (variação %)	4,27	4,80	4,86	▲ (3)	166	4,87	3,77	3,90	3,90	▲ (2)	85	3,79	3,60	3,60	3,60	▲ (1)	124	124
Conta corrente (US\$ bilhões)	-65,00	-62,00	-61,20	▲ (3)	40	-59,18	-65,00	-62,50	-62,00	▲ (2)	37	-62,00	-64,00	-64,00	-64,00	▲ (4)	25	25
Balança comercial (US\$ bilhões)	70,00	72,85	75,00	▲ (2)	30	73,78	75,00	74,00	75,00	▲ (2)	37	75,00	74,00	73,00	71,00	▼ (3)	30	30
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	75,00	75,00	75,00	▲ (10)	41	75,00	75,00	76,00	76,43	▼ (2)	40	75,10	80,00	80,00	80,00	▲ (1)	33	33
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	60,00	60,00	60,00	▲ (3)	50	60,00	70,00	70,00	70,00	▲ (1)	50	70,00	70,00	70,00	70,00	▲ (1)	50	50
Resultado primário (% do PIB)	-0,50	-0,50	-0,50	▲ (10)	62	-0,50	-0,40	-0,40	-0,40	▲ (5)	59	-0,40	-0,28	-0,25	-0,25	▲ (2)	49	49
Resultado nominal (% do PIB)	-4,50	-4,50	-4,50	▲ (6)	32	-4,50	-3,00	-3,00	-3,00	▲ (9)	50	-3,00	-2,50	-2,50	-2,50	▲ (1)	23	23



Com base nas informações divulgadas pelo Banco Central do Brasil, observa-se a continuidade do processo de deterioração das expectativas inflacionárias para os próximos exercícios. A mediana das projeções para o IPCA permanece em trajetória de alta, passando de 4,80% para 4,86% em 2026, de 3,99% para 4,00% em 2027 e de 3,60% para 3,61% em 2028. Ressalta-se que, no final de fevereiro, o mercado projetava inflação de 3,91% para 2026 e de 3,79% para 2027, evidenciando significativa revisão altista das expectativas ao longo dos últimos meses.

Tal movimento reflete, principalmente, a elevação recente dos preços internacionais do petróleo após o início do conflito no Oriente Médio, fator que passou a representar importante vetor de pressão inflacionária global. Caso o ambiente geopolítico adverso persista por período prolongado, não se descartam novas revisões altistas das expectativas inflacionárias, sobretudo em razão dos impactos indiretos sobre combustíveis, fretes, custos logísticos e cadeias produtivas.

No que se refere à atividade econômica, as projeções para o crescimento do PIB apresentaram leve revisão baixista em 2026, passando de 1,86% para 1,85%, enquanto para 2027 permanece expectativa de expansão de 1,80%. Ainda assim, observa-se perspectiva de fortalecimento da atividade econômica ao longo do primeiro semestre de 2026, sustentada pelos efeitos defasados das medidas fiscais e creditícias implementadas em 2025, o que pode contribuir para manutenção da demanda doméstica em níveis relativamente aquecidos.

Em relação à política monetária, as expectativas para a Taxa Selic permaneceram inalteradas, com projeção de 13,00% ao final de 2026 e de 11,00% ao final de 2027. O atual cenário de choque de oferta, associado à elevação dos custos de produção e à resiliência da atividade econômica doméstica, tende a exigir postura mais cautelosa por parte do Banco Central, indicando possibilidade de um processo de flexibilização monetária mais gradual em comparação às expectativas observadas anteriormente ao agravamento das tensões no Oriente Médio.

No mercado cambial, as projeções para a taxa de câmbio ao final de 2026 foram revisadas de R\$/US\$ 5,30 para R\$/US\$ 5,25, enquanto as estimativas para 2027 e 2028 permaneceram em R\$/US\$ 5,35 e R\$/US\$ 5,40, respectivamente. A taxa de câmbio vem apresentando desempenho favorável nas últimas semanas, tendo alcançado níveis próximos de R\$/US\$ 4,95, o menor patamar desde março de 2024. Embora a valorização do real tenha sido intensificada após o anúncio do cessar-fogo no Oriente Médio, observa-se que a tendência de apreciação cambial já vinha sendo consolidada desde o exercício anterior.

Diante desse contexto, conclui-se que o ambiente macroeconômico permanece desafiador, caracterizado pela persistência de pressões inflacionárias, manutenção dos juros em patamar elevado e elevada sensibilidade aos desdobramentos do cenário internacional. Tais fatores demandam acompanhamento contínuo e atuação prudente por parte da gestão, especialmente no que se refere à condução da política de investimentos e à preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do Instituto.

02 – BOLETIM FOCUS PAULIPREV

RELATÓRIO FOCUS PAULIPREV - 2026

Pró-Gestão

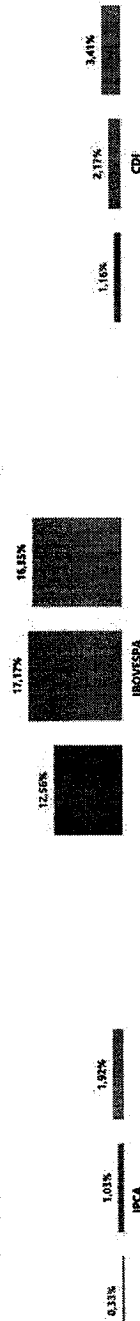
Pauliprev

	Líquido	Reserva Líquida (1)	Ativo Líquido	Reserva	Ativo Líquido (2)	PPD (3)	Variação (4)	TOTAL (1+3+4)	TOTAL CARTÉIRA	N. Mensal	2026	IPCA + 0,52% (Desa. Anual)	N. Mensal
04/25	R\$ 1.690.550.082,30			R\$ 107.915.560,81									
Jan/26	R\$ 1.691.158.421,19	R\$ 42.274.398,77	2,13%	R\$ 108.753.803,09	R\$ -823.152,95	R\$ -	R\$ 4.844.537,04	R\$ 44.306.381,10	R\$ 2.062.922.024,27	2,22%	2,22%	0,70%	2,22%
Fev/26	R\$ 1.685.228.980,35	R\$ 26.217.655,04	1,50%	R\$ 106.684.613,31	R\$ -178.711,64	R\$ -	R\$ 2.848.704,69	R\$ 28.889.945,39	R\$ 3.071.811.674,04	1,41%	3,00%	1,88%	1,41%
Mar/26	R\$ 1.678.205.458,04	R\$ 12.885.128,43	0,84%	R\$ 105.589.556,85	R\$ -1.840.887,88	R\$ -	R\$ -2.533.907,38	R\$ 9.073.443,17	R\$ 2.060.825.616,83	0,44%	4,13%	3,20%	0,44%
04/26													
05/26													
06/26													
07/26													
08/26													
09/26													
10/26													
11/26													
12/26													
TOTAL	R\$ 1.678.205.458,04	R\$ 79.641.791,64	4,68%	R\$ 105.830.556,65	R\$ -2.042.751,57	R\$ -	R\$ 6.260.334,28	R\$ 82.259.373,72	R\$ 2.060.825.616,83	-4,12%	-4,12%		-4,12%

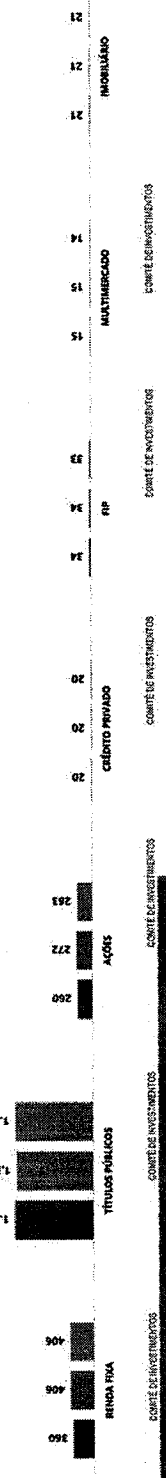
Indicadores Mensais 2026



Indicadores Acumulados 2026



Segmento (em milhões)



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA
COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Pro-Gestão
SOL

PATRIMÔNIO QUALITATIVO

	jan/26	fev/26	mar/26	Δ 2026	AN/2025
LIQUIDEZ					
1.890.850.082 LÍQUIDOS	1.836.158.421	1.965.288.860	1.976.288.460	84.835,378	4,48%
107.915.501 ILÍQUIDOS	106.763.603	106.533.657	106.533.657	-2.376,034	-2,20%
TOTAL	1.998.965.643	2.042.822.424	2.077.811.874	82.259,374	4,12%
ATIVO					
BIENÍPIO					
1.891.853.591 BEM DA FUA	1.712.988.050	1.729.745.487	1.748.438.093	58.582,149	3,44%
304.714.712 BEM DA VARIAVEL	330.002.975	342.068.185	332.393.936	26.677,224	8,31%
TOTAL	1.998.965.643	2.071.811.874	2.080.832.017	82.259,374	4,12%
PASSIVO					
BIENÍPIO					
349.840.227 BEM DA FUA	339.990.499	405.632.617	405.544.066	56.307,839	16,10%
1.321.844.705 TÍTULOS PÚBLICOS	1.332.514.604	1.303.597.704	1.322.228.081	579,266	0,04%
235.469.818 AÇÕES	269.750.961	272.097.886	283.393.553	27.835,735	11,87%
20.604.910 CRÉDITO PRIVADO	20.383.947	20.325.107	20.259.834	-304,876	-1,48%
34.961.819 RP	34.981.359	33.816.414	33.346.897	-1.314,816	-3,79%
15.117.503 MULTIMERCADO	14.757.419	14.688.146	14.272.522	-444,981	-5,99%
21.482.978 MOBILIÁRIO	21.453.354	21.468.598	21.463.995	1.268	0,01%
TOTAL	1.998.965.643	2.071.811.874	2.080.832.017	82.259,374	4,12%

■ IPCA ■ Meta Atual IPCA+5,22% ■ Carteira Paulprev

Período	IPCA	Carteira Paulprev
Jan/26	0,33%	2,22%
fev/26	1,03%	1,89%
mar/26	3,56%	1,92%

■ Meta Attingida

Período	Meta Atual IPCA+5,22%
Jan/26	23,40%
fev/26	133,65%
mar/26	127,39%

CONTÁBIL DE INVESTIMENTOS CONTÁBIL DE INVESTIMENTOS CONTÁBIL DE INVESTIMENTOS CONTÁBIL DE INVESTIMENTOS CONTÁBIL DE INVESTIMENTOS

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA
COMITÊ DE INVESTIMENTOS

03 – CARTEIRA DE INVESTIMENTOS



RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE PERFORMANCE E ENQUADRAMENTO PERANTE A RESOLUÇÃO 5272/2025, MARÇO - 2025

Administradora				Data		Atualizado		
SANTANDER	DI INST PREMIUM (PREVIDENC.)	R\$ 55.261.322,97	Renda Fixa	10,13%	80%	Artigo 7º, VJ Fundo/Classe de Investimento em Renda Fixa/ETF sem Crédito Privado		
SANTANDER	DI INST PREMIUM (ADM)	R\$ 15.558.253,86	Renda Fixa					
SANTANDER	DI INST PREMIUM (FOR)	R\$ 23.123.454,74	Renda Fixa					
SANTANDER	DI INST PREMIUM (FINANCEIRO)	R\$ 10.621.483,42	Renda Fixa					
BANCO BRASIL	BB PREVID RFP PERFIL	R\$ 46.824.157,22	Renda Fixa					
RJI	TMJ IMA-B FIRF	R\$ 3.916.653,34	Renda Fixa					
PLANNER	FIRF PYXIS INSTITUCIONAL IMAB	R\$ 1.750.102,06	Renda Fixa					
RJI	TOWER II RFL IMA-B 5	R\$ 8.117.146,52	Renda Fixa					
RJI	TOWER RFP IMA-B 5	R\$ 13.104.132,22	Renda Fixa					
							Total	R\$ 210.902.486,39
CAIXA	CAIXA FIC BRASIL G. ESTRATEGICA	R\$ 118.202.757,79	Renda Fixa	9,36%	100%	Artigo 7º, I Fundo 100% Títulos Públicos ETF IPTN		
BANCO BRASIL	BB PREV RFP RET. TOTAL	R\$ 75.502.294,44	Renda Fixa					
							Total	R\$ 193.705.052,23
BANCO BRASIL	CARTEIRA LONGO PRAZO (NTF-B)	R\$ 1.922.233.950,54	Renda Fixa	63,54%	100%	Art 7º, III - Títulos Públicos		
							Total	R\$ 1.922.233.950,54
GENIAL	PIATA F RFP LP PREV.CRED. PRIV	R\$ 34.123,62	Crédito Privado	0,03%	0%	Artigo 7º, VII - Fundo de Invest. Crédito Privado		
							Total	R\$ 34.123,62
GM CAPITAL	FIDC GGR PRIME I	R\$ 8.002.121,17	Renda Fixa - FIDC	0,95%	0%	Artigo 7º, IX Fundo/Classe FIDC Subclasse Sênior		
TRUSTEE	ILLUMINATI FIDC	R\$ 3.000.000,00	Renda Fixa - FIDC					
RJI	LME REC MULT IPCA - FIDC-SEN	R\$ 4.999.999,99	Renda Fixa - FIDC					
SANTANDER	BBIF MASTER FIDC LP	R\$ 125.000,00	Renda Fixa - FIDC					
RJI	INCENTIVO MULTISSETORIAL I - FIDC	R\$ 355.000,00	Renda Fixa - FIDC					
							Total	R\$ 19.716.810,23
RJI	FI MULT SCULPTOR CRÉDITO PRIVADO	R\$ 14.272.521,84	Multimercado	0,69%	15%	Artigo 10º, I - Fundo Invest Multimercado		
							Total	R\$ 14.272.521,84
RJI	HAZ.FII	R\$ 1.000.000,00	Imobiliário	1,03%	0%	Artigo 11º, U Fundo/Classe de Investimento Imobiliário (FII)		
RJI	FII BR HOTELS	R\$ 1.000.000,00	Imobiliário					
TRUSTEE	FIIMOB INFRA REAL ESTATE FII	R\$ 1.463.885,06	Imobiliário					
							Total	R\$ 21.463.885,06
RJI	INFRA SETORIAL FIP MULTI	R\$ 12.483.885,06	FIP	1,60%	0%	Artigo 10º, III Fundo/Classe de Investimento em Participações (FIP)		
RJI	W7 FIP	R\$ 1.000.000,00	FIP					
RJI	FIP GESTAO EMPRESARIAL FIP MULTI	R\$ 1.000,00	FIP					
BNY MELLON	BRASIL FLORESTAL FIP MULTI	R\$ 3.363.240,00	FIP					
BFL	FP2 FIP MULTIESTRATEGIA	R\$ 3.363.240,00	FIP					
RJI	GERACAO DE ENERGIA FIP MULTI	R\$ 1.000,00	FIP					
							Total	R\$ 33.348.906,57
BRADESCO	PLURAL DIV FIF CLASSE INVEST EM AC	R\$ 10.263.553,02	Ações	12,65%	40%	Artigo 8º, I Fundo/Classe de Investimento em Ações		
BRADESCO	BAHIA VAL FIF CLASS DE INVEST G. RL	R\$ 4.712.655,40	Ações					
BRADESCO	IGT VANG DIVID FIF CIA RL	R\$ 963.999,99	Ações					
ITAU	ITAU DUNAMIS FIC	R\$ 1.000.000,00	Ações					
							Total	R\$ 263.305.553,02
TOTAL SEGMENTO RENDA FIXA		R\$ 1.748.436.080,34			84,03%	Resolução C.BN 1º 5272/2025		
TOTAL SEGMENTO RENDA VARIÁVEL		R\$ 263.305.553,02			12,65%			
TOTAL SEGMENTO EXTERIOR		R\$ 0,00			0,00%			
TOTAL SEGMENTO ESTRUTURADOS		R\$ 47.619.518,41			2,29%			
TOTAL SEGMENTO FII		R\$ 21.463.885,06			1,03%			
TOTAL GERAL		R\$ 2.080.825.016,83			100,00%			

Marcos André Breda
Diretor Presidente

Douglas Henrique Muncelli
Diretor Administrativo e Financeiro

04 – CARTEIRA DE ESTIMADA

Data de Referência: 31/03/2026 - Comitê de Investimentos Pauliprev		
Ativos	Percentual	Saldo Estimado
BANCO DO BRASIL S/S NTN-B	100,0%	R\$ 1.322.228.080,54
CAIXA GESTÃO ESTRATÉGICA RENDA FIXA	100,0%	R\$ 118.592.755,73
BB PREV RET TOTAL	100,0%	R\$ 76.552.824,89
BB PREV PERFIL	100,0%	R\$ 85.824.157,22
DI INST PREMIUM (PREVIDENC.)	100,0%	R\$ 56.094.377,97
DI INST PREMIUM (ADM)	100,0%	R\$ 18.889.553,86
DI INST PREMIUM (FOR)	100,0%	R\$ 23.173.509,33
DI INST PREMIUM (FINANCEIRO)	100,0%	R\$ 10.624.647,42
BAHIA VAL FIF CLASS DE INVEST C. RL	100,0%	R\$ 54.775.539,49
FLURAL DV FIF CLASSE INVEST EM AC	100,0%	R\$ 30.851.629,30
ICT VANG DIVID FIF CIA RL	100,0%	R\$ 68.343.327,34
ITAU DUNAMIS FIC	100,0%	R\$ 109.335.056,89
FUNDOS LIQUIDOS		R\$ 1.975.285.459,98
TOWER BRIDGE RF FI IMA-B 5	100%	R\$ 1.610.413,22
TOWER BRIDGE II RENDA FIXA FI IMA	75%	R\$ 6.882.798,73
PIATA FI RF LP PREV. CREDITO PRIVADO	75%	R\$ 408.092,67
TMJ IMA B FI RF	53%	R\$ 1.918.392,47
FIRF PYXIS INSTITUCIONAL IMAB	58%	R\$ 1.037.708,72
INCENTIVO MULTISSETORIAL I	55%	R\$ 184.495,33
LME FIDIC SENIOR	90%	R\$ 4.466.972,50
BBIF MASTER FIDC LP	100%	R\$ 178.133,82
GGR PRIME I FIDC	75%	R\$ 6.229.820,38
ILLUMINATI FIDC	63%	R\$ 3.737.475,26
FIM FP1 LONGO PRAZO	15%	R\$ 1.395.388,69
FI MULTIMERCADO SCULPTOR	53%	R\$ 7.564.436,58
ATICO GERAÇÃO ENERGIA FIP	0%	R\$ 0,00
ATICO FLORESTAL	80%	R\$ 3.162.592,58
ATICO GESTÃO EMPRESARIAL	0%	R\$ 0,00
W7 - INFRA TEC FIP	0%	R\$ 0,00
ATICO RF FI IMOBILIARIO - HAZ	75%	R\$ 8.220.834,92
BR HOTEIS FI	83%	R\$ 7.781.817,23
FIP - INFRA SANEAMENTO	100%	R\$ 19.481.433,39
INFRA REAL STATE FI	60%	R\$ 676.241,05
FUNDOS ILIQUIDOS		R\$ 74.937.047,53
TOTAL		R\$ 2.050.222.507,51

Com base nas informações enviadas pelos administradores e gestores dos fundos que integram a carteira de investimentos da Pauliprev, além dos dados repassados por prestadores de serviços especializados, estimou-se que, em março, o valor total da carteira hipotética atingiu R\$ 2.050.222.507,51. Esse resultado supera o registrado no mês anterior que foi de R\$ 2.040.553.628,03, refletindo um crescimento significativo no período.

A carteira estimada é construída com base nas informações fornecidas pelos gestores e administradores, especialmente no que se refere às suas perspectivas de recuperação dos ativos. Essa metodologia permite projetar, de forma mais precisa, a evolução esperada do patrimônio ao longo do período, considerando possíveis perdas em fundos ilíquidos.

05 – VARIAÇÃO TAXA DE JUROS

Fonte: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>

REUNIÃO			PERÍODO DE VIGÊNCIA	META SELIC %	TAXA SELIC	
Nº	DATA	VIÉS		(1)(6)	% (3)	% A.A.
278º	29/04/2026		30/04/2026			
277º	18/03/2026		19/03/2026 – 29/04/2026	14,75	1,53	14,65
276º	28/01/2026		29/01/2026 – 18/03/2026	15,00	1,84	14,90
275º	10/12/2025		11/12/2025 – 28/01/2026	15,00	1,84	14,90
274º	05/11/2025		06/11/2025 – 10/12/2025	15,00	1,33	14,90
273º	17/09/2025		18/09/2025 – 05/11/2025	15,00	1,95	14,90
272º	30/07/2025		31/07/2025 – 17/09/2025	15,00	1,95	14,90
271º	18/06/2025		20/06/2025 – 30/07/2025	15,00	1,61	14,90
270º	07/05/2025		08/05/2025 – 19/06/2025	14,75	1,64	14,65
269º	19/03/2025		20/03/2025 – 07/05/2025	14,25	1,69	14,15
268º	29/01/2025		30/01/2025 – 19/03/2025	13,25	1,63	13,15
267º	11/12/2024		12/12/2024 – 29/01/2025	12,25	1,51	12,15
266º	06/11/2024		07/11/2024 – 11/12/2024	11,25	0,97	11,15
265º	18/09/2024		19/09/2024 – 06/11/2024	10,75	1,42	10,65
264º	31/07/2024		01/08/2024 – 18/09/2024	10,50	1,38	10,40
263º	19/06/2024		20/06/2024 – 31/07/2024	10,50	1,18	10,40
262º	08/05/2024		09/05/2024 – 19/06/2024	10,50	1,15	10,40
261º	20/03/2024		21/03/2024 – 19/06/2024	10,75	1,33	10,65
260º	31/01/2024		01/02/2024 – 20/03/2024	11,25	1,39	11,15
259º	13/12/2023		14/12/2023 – 31/01/2024	11,75	1,45	11,65
258º	01/11/2023		03/11/2023 – 13/12/2023	12,25	1,28	12,15
257º	20/09/2023		21/09/2023 – 02/11/2023	12,75	1,38	12,65
256º	02/08/2023		03/08/2023 – 20/09/2023	13,25	1,68	13,15
255º	21/06/2023		22/06/2023 – 02/08/2023	13,75	1,53	13,65
254º	03/05/2023		04/05/2023 – 21/06/2023	13,75	1,74	13,65
253º	22/03/2023		23/03/2023 – 03/05/2023	13,75	1,38	13,65
252º	01/02/2023		02/02/2023 – 22/03/2023	13,75	1,69	13,65
251º	07/12/2022		08/12/2022 – 01/02/2023	13,75	2,05	13,65
250º	26/10/2022		27/10/2022 – 07/12/2022	13,75	1,43	13,65
249º	22/09/2022		22/09/2022 – 26/10/2022	13,75	1,23	13,65
248º	03/08/2022		04/08/2022 – 21/09/2022	13,75	1,74	13,65
247º	15/06/2022		17/06/2022 – 03/08/2022	13,25	1,68	13,15
246º	04/05/2022		05/05/2022 – 16/06/2022	12,75	1,43	12,65
245º	16/03/2022		17/03/2022 – 05/05/2022	11,75	1,45	11,65
244º	02/02/2022		02/02/2022 – 16/03/2022	10,75	1,13	10,65
243º	08/12/2021		09/12/2021 – 02/02/2022	9,25	1,40	9,15

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA
COMITÊ DE INVESTIMENTOS

06 – DA VARIAÇÃO DA CARTEIRA

MARÇO - Data de Referência: 31/03/2026 - Comitê de Investimentos - Pauliprev							
Ativos	Saldo Inicial	Aplicações	Reprocess.	Resgates	Rendimento	Rend %	Saldo Final
BANCO DO BRASIL S/A	R\$ 1.303.587.764,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 18.640.316,53	-0,00%	R\$ 1.322.228.080,54
CAIXA GESTÃO ESTRATÉGICA RF	R\$ 118.853.365,92	R\$ 1.323.463,88	R\$ 0,00	-R\$ 916.806,14	-R\$ 667.267,93	-0,561%	R\$ 118.592.755,73
BB PREV RET TOTAL	R\$ 75.588.789,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 964.035,27	1,275%	R\$ 76.552.824,89
BB PREV PERFL	R\$ 84.816.142,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.008.014,79	1,183%	R\$ 85.824.157,22
DINST PREMIUM (PREV. INC.)	R\$ 59.159.523,11	R\$ 9.095.113,96	R\$ 0,00	-R\$ 12.915.880,73	R\$ 755.621,63	1,271%	R\$ 56.094.377,97
DINST PREMIUM (ADM)	R\$ 18.353.040,13	R\$ 856.197,70	R\$ 0,00	-R\$ 545.748,37	R\$ 226.064,40	1,232%	R\$ 18.889.553,86
DINST PREMIUM (FOR)	R\$ 22.899.292,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 274.217,07	1,197%	R\$ 23.173.509,33
DINST PREMIUM (FINANCIERO)	R\$ 9.871.254,85	R\$ 8.571.129,79	R\$ 0,00	-R\$ 7.998.008,89	R\$ 180.271,67	-0,00%	R\$ 10.624.647,42
BAHIA BVM VALUATION II FIC DE FIA	R\$ 55.452.801,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 677.261,52	-1,221%	R\$ 54.775.539,49
PLURAL DIVIDENDOS FIC CIA	R\$ 30.810.040,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 41.588,66	0,135%	R\$ 30.851.629,30
ACTVANG DIVID FIC CIA RL	R\$ 69.399.707,22	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 1.050.379,88	-1,522%	R\$ 68.343.327,34
ITAU DUNA MIS FIA	R\$ 116.435.139,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 7.100.082,26	-6,098%	R\$ 109.335.056,89
FUNDOS LIQUIDOS	R\$ 1.965.228.860,35	R\$ 19.845.905,33	R\$ 0,00	-R\$ 22.376.444,13	R\$ 12.588.138,43	0,64%	R\$ 1.976.285.459,98
TOWER RE FIMA-B 5	R\$ 1.673.684,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 63.271,19	-3,780%	R\$ 1.610.413,22
TOWER IIR FIMA-B 5	R\$ 9.104.107,81	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 72.957,16	0,801%	R\$ 9.177.064,97
PATIA FIRE LP PREV. ORED. PRV	R\$ 557.226,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 13.102,81	-2,351%	R\$ 544.123,56
IMJMA B FIC	R\$ 3.721.594,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 101.985,60	-2,740%	R\$ 3.619.608,44
FIRE PYXS INSTITUCIONAL IMA B	R\$ 1.791.822,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 2.669,09	-0,149%	R\$ 1.789.152,96
INCENTIVO MULTISERIAL I	R\$ 339.005,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 3.559,77	-1,050%	R\$ 335.446,05
LINE FIC SENIOR	R\$ 4.989.072,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 25.769,24	-0,517%	R\$ 4.963.302,78
BBF MASTER FIC LP	R\$ 179.115,81	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 981,99	-0,548%	R\$ 178.133,82
FIC GOR PRIMEI	R\$ 8.328.186,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 21.759,09	-0,261%	R\$ 8.306.427,17
ILLUMINATI FIC	R\$ 5.932.500,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 5.932.500,41
FP2 FP MULTISERIAL	R\$ 9.622.438,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 319.847,45	-3,324%	R\$ 9.302.591,25
FIMULTI MERCADO SCULPTOR	R\$ 14.693.145,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 420.624,09	-2,863%	R\$ 14.272.521,84
ATICO GERAÇÃO ENERGIA FIP	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 0,00
ATICO FLORESTAL	R\$ 3.954.213,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 973,03	-0,025%	R\$ 3.953.240,73
ATICO GESTÃO EMPRESARIAL	R\$ 153.717,12	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 153.717,12	-100,00%	R\$ 0,00
WT FIP	R\$ 605.655,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.075,47	0,673%	R\$ 609.731,20
HAZ FIL	R\$ 10.947.974,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 13.138,33	0,120%	R\$ 10.961.113,23
FIBR HOTES	R\$ 9.382.469,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 6.786,56	-0,072%	R\$ 9.375.683,41
INFRA SETORIAL FIP MULTISERIAL	R\$ 19.480.388,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.044,66	0,005%	R\$ 19.481.433,39
IMOBILIARIO INFRA REAL ESTATI FIP	R\$ 1.128.493,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 2.368,56	R\$ 943,63	0,083%	R\$ 1.127.068,42
TOTAL	R\$ 2.071.811.673,66	R\$ 19.845.905,33	R\$ 0,00	-R\$ 22.376.812,71	R\$ 11.546.250,55	0,56%	R\$ 2.080.825.016,83

07 – ASSEMBLEIAS E CONSULTAS FORMAIS

INFRA SETORIAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA CNPJ nº 14.721.044/0001-15 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Ficam os cotistas do INFRA SETORIAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, inscrito no CNPJ sob o nº 14.721.044/0001-15 (“Fundo”), nos termos do Regulamento do Fundo, convocados pela RJI Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de administradora do Fundo (“Administradora”), para a Assembleia Geral de Cotistas a ser realizada no dia 26 de março de 2026 (“Assembleia”), exclusivamente com envio de votos, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1) Aprovação das Demonstrações Financeiras do Fundo do exercício findo em 31 de março de 2025.

Abstencão
1

08 – VALORES RECEBIDOS

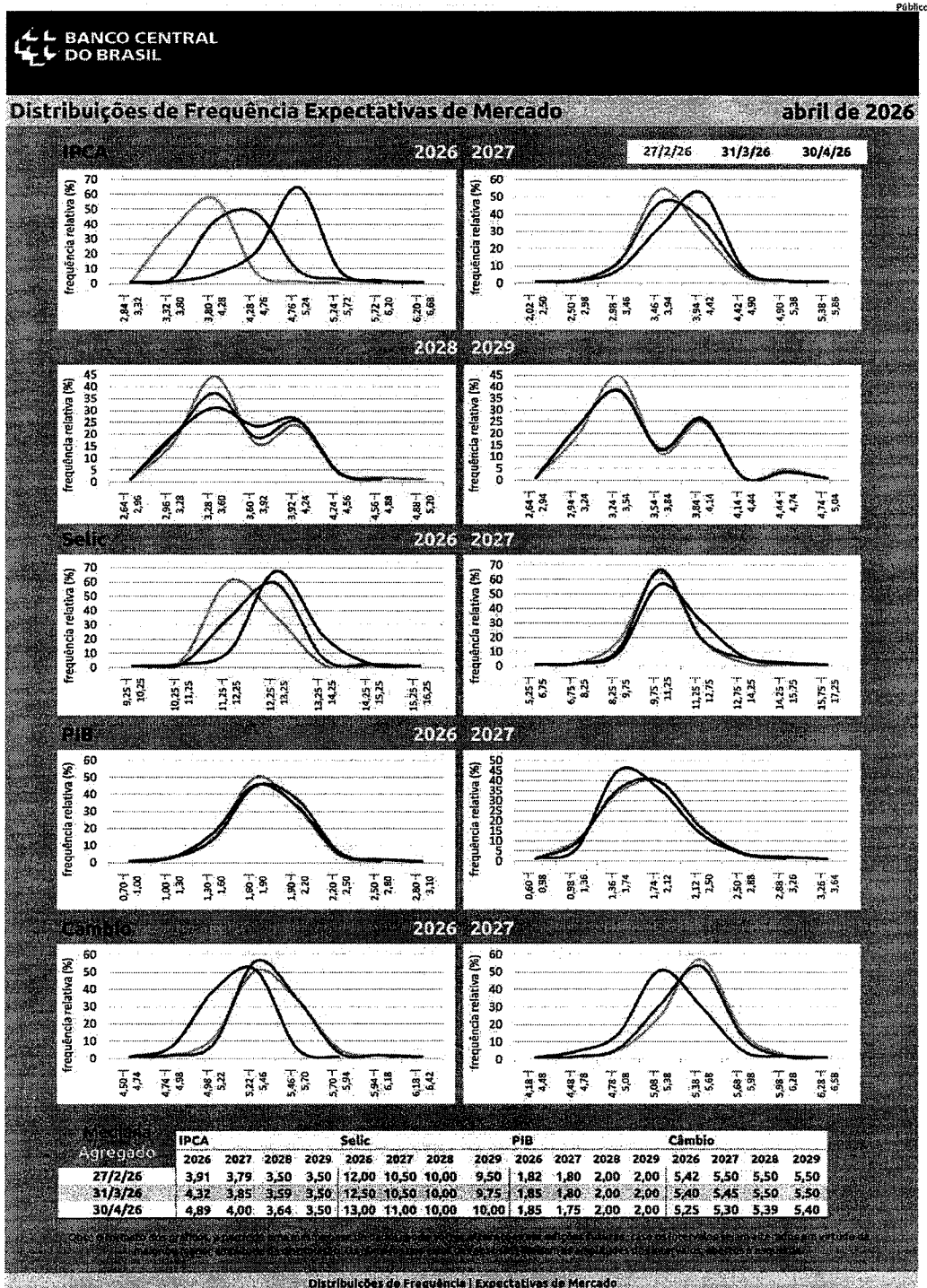
No dia 13 de março de 2026, a Pauliprev recebeu rendimentos provenientes do Fundo Infra Real Estate, inscrito no CNPJ nº 18.369.510/0001-04, no valor de R\$ 2.368,58 (dois mil trezentos e sessenta e oito reais e cinquenta e oito centavos). O referido montante foi aplicado junto à Caixa Econômica Federal, no fundo Caixa FIC Brasil Gestão Estratégica, inscrito no CNPJ nº 23.215.097/0001-55.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA
COMITÊ DE INVESTIMENTOS

09 - RELAÇÃO DE FUNDOS EM MARÇO DE 2026

ADMINISTRADORA	GESTORA	FUNDOS	GNPJ	CATEGORIA
ITAÚ	ITAÚ	INSTITUCIONAL ALOC DINAMIC RF	21.838.150/0001-49	RENTA FIXA
SANTANDER	SANTANDER	INSTITUCIONAL RF DI	02.224.354/0001-45	RENTA FIXA
RJI	VERITAS	TMJ IMA B FI RF	13.594.673/0001-69	RENTA FIXA
TRUSTEE	BRPP	FIRF PYXIS INSTITUCIONAL IMAB	23.896.287/0001-85	RENTA FIXA
RJI	BRPP	TOWER BRIDGE RF FI IMAB-5 II	23.954.899/0001-87	RENTA FIXA
RJI	BRPP	TOWER BRIDGE RF FI IMAB-5	12.845.801/0001-37	RENTA FIXA
BANCO BRASIL	BB	BB Prev RF Retorno Total	35.292.588/0001-89	RENTA FIXA
BANCO BRASIL	BB	CARTEIRA LONGO PRAZO (NTN-B)	**	RENTA FIXA
SANTANDER	SANTANDER	SANTANDER R.F ATIVO FIC FI	26.507.132/0001-06	RENTA FIXA
CAIXA	CAIXA	CAIXA FIC BRASIL GEST. ESTRATÉGICA	23.215.097/0001-55	RENTA FIXA
BANCO BRASIL	BB	BB PREV PERFIL	13.077.418/0001-49	RENTA FIXA
GENIAL	BRPP	PIATÁ RF LP PREV CRÉD. PRIV	09.613.226/0001-32	CRED. PRIV
RJI	BRPP	INCENTIVO II MULTISSETORIAL II	13.344.834/0001-66	RENTA FIXA - FIDC
BANVOX	GRAPHEN	GGR PRIME I FIDC	17.013.985/0001-92	RENTA FIXA - FIDC
TRUSTEE	QUELUZ	ILLUMINATI FIDC	23.033.577/0001-03	RENTA FIXA - FIDC
RJI	GRAPHEN	LME FIDC SENIOR	12.440.789/0001-80	RENTA FIXA - FIDC
SANTANDER	BRPP	BBIF MASTER FIDC LP	11.003.181/0001-26	RENTA FIXA - FIDC
RJI	BRPP	FIDC INCENTIVO MULTISSETORIAL I	10.896.292/0001-46	RENTA FIXA - FIDC
RJI	QUELUZ	FI MULTIMERCADO SCULPTOR CP	14.655.180/0001-54	MULTIMERCADO
RJI	GRAPHEN	HAZZ	14.631.148/0001-39	IMOBILIARIO
RJI	GRAPHEN	BR HOTEIS FII	15.461.076/0001-91	IMOBILIÁRIO
TRUSTEE	INFRA ASSET	INFRA REAL ESTATE FII	18.369.510/0001-04	IMOBILIÁRIO
RJI	INFRA ASSET	INFRA SETORIAL FIP	14.721.044/0001-15	FIP
RJI	A5 CAPITAL	W7 FIP	15.711.367/0001-90	FIP
RJI	RJI	FIP/ATICO GESTÃO EMPRESARIAL	18.373.362/0001-93	FIP
BNY MELLON	QUELUZ	BRASIL FLORESTAL FIP	12.312.767/0001-35	FIP
BFL	ARENA	FIM FP2 MULTISTRATÉGIA	20.886.575/0001-60	FIP
RJI	BRPP	ÁTICO GERAÇÃO ENERGIA FIP	11.490.580/0001-69	FIP
BEM DTVM	PLURAL INVEST	PLURAL DIVIDENDOS	11.898.280/0001-13	AÇÕES
BEM DTVM	BAHIA ASSET	BBM VALUATION II FIC FIA	09.635.172/0001-06	AÇÕES
BEM DTVM	ICATU	VANGUARDA DIVIDENDOS FIF	08.279.304/0001-41	AÇÕES
ITAÚ	ITAÚ	ITAÚ DUNAMIS FIC RL	24.571.992/0001-75	AÇÕES

10 – DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA E EXPECTATIVAS DE MERCADO



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA
COMITÊ DE INVESTIMENTOS

11 - FATOS RELEVANTES



W7 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA

CNPJ nº 15.711.367/0001-90

FATO RELEVANTE

RJI CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 42.066.258/0001-30, com sede na Avenida Rio Branco, nº 138, sala 402 - parte, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 20040-909 ("RJI" e "Administradora"), na qualidade de administradora do **W7 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 15.711.367/0001-90 ("Fundo"), vem informar à V.Sas. que houve reajuste positivo na carteira do Fundo, no fechamento de 27 de fevereiro de 2026, onde foi observada uma variação no importe de **+ 0,8399% (mais zero vírgula oito mil trezentos e noventa e nove por cento)**, em razão do Laudo de Avaliação Econômico-Financeira do ativo "W7BZ HOLDING S/A".

Os cotistas também podem obter informações através do e-mail: legal@rjicv.com.br

Rio de Janeiro, 09 de março de 2026.

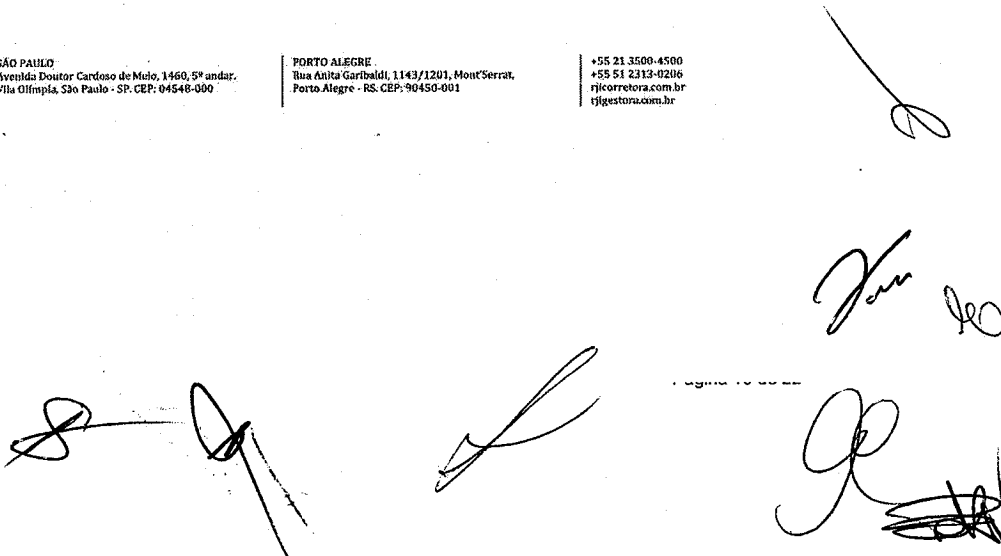
RJI CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

MATRIZ - RIO DE JANEIRO
Avenida Rio Branco, 138, sala 402, parte, Centro,
Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20040-909

SÃO PAULO
Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1460, 5º andar,
Vila Olímpia, São Paulo - SP, CEP: 04548-000

PORTO ALEGRE
Rua Anita Garibaldi, 1143/1201, Mont'Serrat,
Porto Alegre - RS, CEP: 90450-001

+55 21 3500-4500
+55 51 2313-0206
rjicorretora.com.br
tjigestora.com.br



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA
COMITÊ DE INVESTIMENTOS**FIP GESTÃO EMPRESARIAL - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA****CNPJ nº 18.373.362/0001-93****FATO RELEVANTE**

RJI CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 42.066.258/0001-30, com sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Rio Branco, nº 138, sala 402 - parte, Centro, CEP: 20040-909 ("RJI" e "Administradora"), na qualidade de administradora do **FIP GESTÃO EMPRESARIAL - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 18.373.362/0001-93 ("Fundo"), vem informar à V.Sas. que houve reajuste na carteira do Fundo, no fechamento do dia 27 de fevereiro de 2026, onde foi observada uma variação negativa na precificação das cotas no importe de -218,30% (menos duzentos e dezoito vírgula trinta por cento), em razão da atualização do valor da investida SEED que compõe a carteira do Fundo. A justificativa da queda no Patrimônio Líquido do Fundo se deu, principalmente, pelos seguintes fatores: 1) Resultado fortemente negativo no exercício, impactado por despesas relevantes; 2) Constituição de provisão significativa para perdas judiciais; 3) Redução relevante dos ativos, com destaque para créditos e depósitos judiciais; 4) Ausência de geração operacional relevante, tratando-se essencialmente de uma *holding*. Desse modo, o patrimônio líquido do fundo passou a ser negativo em R\$ -1,246MM (menos um milhão duzentos e quarenta e seis mil reais).

Os cotistas também podem obter informações através do e-mail: legal@rjicv.com.br.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2026.

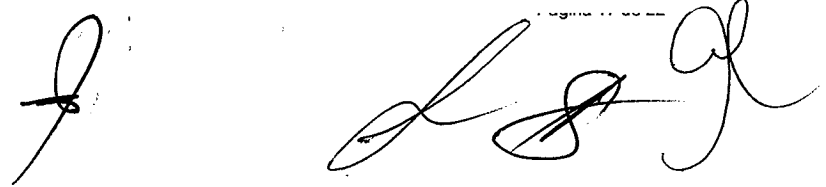
RJI CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

1
MATRIZ - RIO DE JANEIRO
Avenida Rio Branco, 138, 4º andar, Centro,
Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20040-909.

SÃO PAULO
Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1460, 5º andar,
Vila Olímpia, São Paulo - SP, CEP: 04548-000.

PORTO ALEGRE
Rua Anita Garibaldi, 1143/1201, Mont'Serrat,
Porto Alegre - RS, CEP: 90450-001.

+55 21 3500-4500
+55 51 2313-0206
rjicorretora.com.br
fipgestora.com.br



12 – DISCUSSÃO ACERCA DAS APLICAÇÕES

O patrimônio líquido da carteira de investimentos do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia (Pauliprev) expandiu sua trajetória de crescimento ao encerrar o período regulamentar no montante de R\$ 2.080.825.016,83. Quando confrontado com o resultado do mês anterior — que registrava o valor de R\$ 2.071.811.673,60 —, o indicador aponta para uma evolução patrimonial positiva de R\$ 9.013.343,23, consolidando com segurança o posicionamento do Instituto acima da marca dos dois bilhões de reais.

Esse incremento mensal reflete a aderência e a maturidade da Política Anual de Investimentos adotada pela governança. Mesmo diante de um ambiente macroeconômico caracterizado pela volatilidade dos prêmios de risco e pela manutenção de juros restritivos, a estratégia de alocação da Pauliprev demonstrou resiliência, convertendo as condições de mercado em ganhos consistentes para o portfólio.

Ao conciliar de forma técnica a busca por rentabilidade com o controle rigoroso de riscos, a gestão reafirma seu compromisso com a solidez e a segurança dos recursos. O resultado desse acompanhamento contínuo se traduz na sustentabilidade do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e na garantia do equilíbrio financeiro e atuarial indispensável para honrar os compromissos previdenciários de longo prazo junto aos servidores municipais e seus dependentes.

Foi apresentado o Fato Relevante do W7 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. No caso do W7 FIP Multiestratégia, o Fato Relevante emitido pela administradora em 09 de março de 2026 reportou um reajuste positivo de 0,8399% na cotação do fundo, referente ao fechamento de 27 de fevereiro de 2026. O incremento patrimonial decorreu diretamente da homologação e aplicação do novo Laudo de Avaliação Econômico-Financeira do ativo investido W7BZ Holding S/A, evidenciando o comportamento regular e a evolução saudável esperada para essa classe de ativos de participações em longo prazo.

Por outro lado, o Fato Relevante do FIP Gestão Empresarial, divulgado em 26 de março de 2026, trouxe um alerta crítico ao registrar uma drástica variação negativa de 218,30% nas cotas no fechamento de 27 de fevereiro de 2026, o que levou o patrimônio líquido do fundo a um saldo negativo de R\$ 1,246 milhão. Essa severa desvalorização foi motivada pela readequação contábil da empresa investida SEED, penalizada por despesas relevantes, forte constituição de provisões para perdas judiciais, redução acentuada de ativos e falta de geração operacional por

sua característica de holding, acendendo sinal de atenção máximo na gestão de riscos quanto à possibilidade de chamadas de capital obrigatórias.

O Comitê registrou que, até a presente data, ainda não foi recebido o retorno do Ministério da Previdência, sob a responsabilidade do Sr. Andrye Melo, referente ao Relatório de Diligência do 4º trimestre de 2025. Diante disso, reforçou-se a necessidade de acompanhar a demanda para viabilizar o andamento dos fluxos de análise.

No mês de fevereiro de 2026, o Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia – Pauliprev registrou o recebimento de amortizações de juros por meio de cupons semestrais de títulos públicos federais NTN-B, totalizando R\$ 39.092.200,11 (trinta e nove milhões, noventa e dois mil, duzentos reais e onze centavos), sendo R\$ 24.451.970,84 referentes à carteira própria e R\$ 14.640.229,27 vinculados a recursos de aporte; destacou-se que, em razão da natureza semestral desses títulos, é esperado o recebimento de valor aproximado no mês de agosto, evidenciando a previsibilidade do fluxo de caixa e a consistência da estratégia adotada, o que demonstra uma gestão eficiente e responsável dos recursos previdenciários.

13 – PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS MESES

O cenário econômico nacional até 04 de maio de 2026 segue em um ambiente de transição complexa, marcado por uma maior previsibilidade macroeconômica em termos de atividade, porém cercado por forte cautela no ambiente de preços. Após o encerramento do ciclo de aperto que levou a taxa básica de juros a patamares severamente restritivos (estabilizando-se em 15,00% ao ano no início do ano), o Banco Central do Brasil iniciou uma flexibilização monetária gradual. Contudo, o espaço para cortes adicionais mostra-se mais estreito diante da persistência de pressões inflacionárias.

A inflação interrompeu sua trajetória de convergência mais célere, passando a exigir atenção redobrada. As projeções recolhidas pelo Relatório Focus no início de maio apontam o IPCA para 2026 orbitando a faixa de 4,8% a 4,9%, aproximando-se perigosamente do limite superior do teto da meta. Diante de expectativas desancoradas e de riscos fiscais remanescentes, o Comitê de Política Monetária (Copom), em sua mais recente decisão na virada para maio de 2026, optou por manter uma postura de extrema vigilância, sinalizando que a redução dos juros ocorrerá de forma parcimoniosa e estritamente condicionada aos dados. O mercado financeiro, conseqüentemente, já revisou para cima suas projeções para o

encerramento do ano, estimando que a taxa Selic termine 2026 em torno de 13,00% a 13,25% ao ano.

No que se refere à atividade econômica, os indicadores apontam resiliência, com projeções de crescimento do PIB para 2026 consolidadas em patamares moderados (próximos a 1,85%). O mercado de trabalho continua aquecido, apresentando níveis de desemprego baixos e sustentando o setor de serviços como o principal motor do lado da oferta. O consumo das famílias segue amparado pelo ganho real de renda, embora seu dinamismo seja parcialmente contido pelo custo ainda elevado do crédito ao consumidor. Em contrapartida, os investimentos produtivos avançam de forma tímida, refletindo a postura prudente das corporações perante o elevado juro real e as indefinições estruturais.

Sob a perspectiva fiscal, o monitoramento das contas públicas permanece no centro das atenções dos agentes econômicos. A capacidade de cumprimento das metas estabelecidas pelo arcabouço fiscal e o comportamento do resultado primário são determinantes para a precificação de prêmios de risco na curva de juros longa. Adicionalmente, o ambiente político doméstico ganha tração com o avanço do calendário institucional e as primeiras articulações voltadas ao ciclo eleitoral, fator que naturalmente amplia a sensibilidade e a volatilidade dos ativos locais frente a potenciais ruídos políticos.

No âmbito internacional, o panorama é de desaceleração gradual e heterogênea da inflação nas economias desenvolvidas. Bancos centrais globais, como o Federal Reserve e o Banco Central Europeu, adotam posturas muito comedidas quanto à intensidade de seus ciclos de corte de juros, o que limita uma liquidez externa mais robusta para mercados emergentes. O crescimento global mantém um ritmo moderado, severamente pressionado por gargalos no comércio e severas tensões geopolíticas.

Dentre esses riscos, destaca-se a persistente instabilidade no Oriente Médio envolvendo o eixo Irã, Estados Unidos e Israel. Até o início de maio de 2026, a ausência de um horizonte claro para cessar-fogo e os riscos perenes de atrito em corredores logísticos e energéticos vitais — como o Estreito de Ormuz — mantêm elevados os prêmios de risco sobre as *commodities*. A volatilidade decorrente do preço do petróleo adiciona pressão sobre as cadeias globais de suprimentos e as expectativas inflacionárias internas.

Diante desse contexto e do panorama desenhado até maio de 2026, os ativos de renda fixa locais continuam apresentando forte atratividade no curto e médio prazo. A combinação de prêmios de juros reais elevados e proteção inflacionária faz com que os títulos públicos

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA
COMITÊ DE INVESTIMENTOS

indexados ao IPCA permaneçam indispensáveis. Dessa forma, instrumentos como as NTN-B continuam exercendo papel altamente estratégico na alocação de carteiras previdenciárias, garantindo não apenas blindagem contra choques de preços, mas também consistência para o atingimento das metas atuariais das instituições.

Paulínia, 04 de maio de 2026.



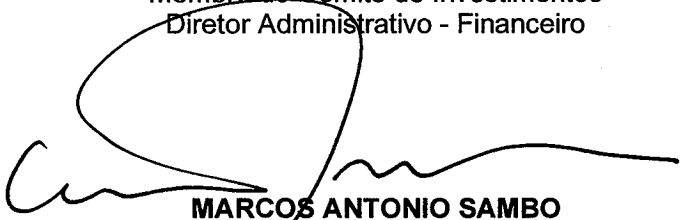
DOUGLAS HENRIQUE MUNICELLI
CP RPPS CGINV III e DIRIG III
CPA 20

Membro do Comitê de Investimentos
Diretor Administrativo - Financeiro



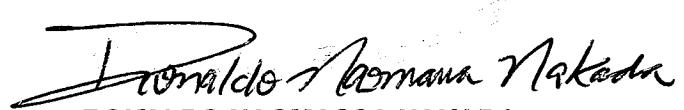
ADELSON C. DOS SANTOS
CP RPPS CGINV III CPA 20

Membro do Comitê de Investimentos



MARCOS ANTONIO SAMBO
CP RPPS CGINV I
CPA 10

Membro do Comitê de Investimentos

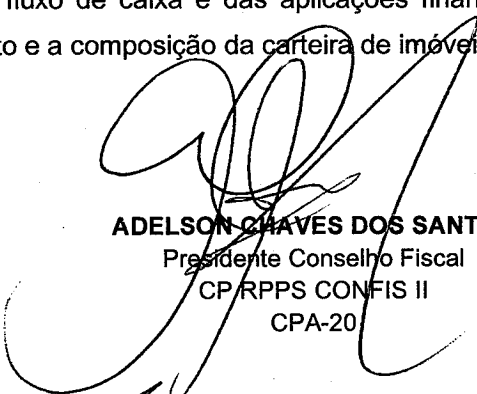
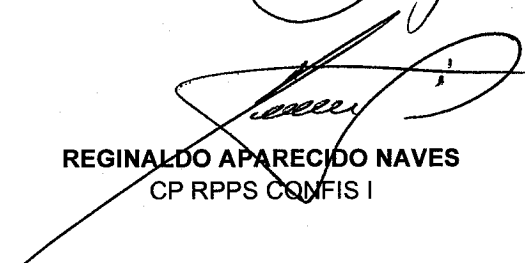
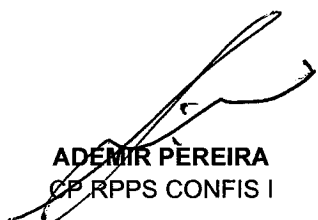
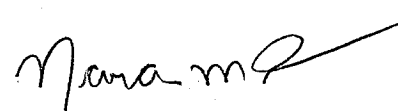


RONALDO NAOMASSA NAKADA
CP RPPS CGINV I

Membro do Comitê de Investimentos

APROVAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Conforme o Manual do pró-gestão RPPS, a elaboração de relatórios mensais de investimentos contendo a posição da carteira por segmentos e ativos, com as informações de riscos, rentabilidades, instituição financeira e limites da Resolução CMN nº 4.963/2021 e da Política de Investimentos, com parecer mensal do Comitê de Investimentos, **seguido de aprovação pelo Conselho Fiscal**, referente ao acompanhamento das rentabilidades e dos riscos das diversas modalidades de operação realizadas e da aderência das alocações e processos decisórios de Investimentos à Política de Investimentos, bem como o relatório anual de investimentos, com a consolidação de todas as informações relativas ao exercício anterior, incluindo a conjuntura econômica, os resultados alcançados em relação às metas estabelecidas, o comportamento do fluxo de caixa e das aplicações financeiras, a composição do ativo, a evolução do orçamento e a composição da carteira de imóveis, se houver.


ADELSON CHAVES DOS SANTOSPresidente Conselho Fiscal
CP RPPS CONFIS II
CPA-20
REGINALDO APARECIDO NAVES
CP RPPS CONFIS I
ADEMIR PEREIRA
CP RPPS CONFIS I
NARA MARTINS MORETTI
CP RPPS CONFIS I
ELIETE MARIA DA SILVA
CP RPPS CONFIS I